

O CONTEXTO SOCIAL E A DEFICIÊNCIA

Beatriz Regina Pereira Saeta
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo: O texto pontua a visão da deficiência no contexto social, visão esta que determinou, através dos tempos um conjunto de expectativas dirigidas aos grupos e aos indivíduos portadores de deficiência.

Tais expectativas tornaram-se determinantes das interrelações estabelecidas que contêm todos os elementos constituintes do grupo social. A autora buscou na Psicologia Social contribuições para uma reflexão sobre as atuais formas de interrelações, entre a sociedade e os indivíduos portadores de deficiência.

Palavras-chave: deficiência / expectativa / interrelações.

THE SOCIAL CONTEXT AND DEFICIENCY

Abstract: The text emphasizes the vision of deficiency in the social context, a vision that has determined, throughout the times, a series of expectations directed to the group of handicapped individuals.

These expectations have become the determining factors of the established inter-relationships that contain all the elements that are part of the social group.

The author has searched in the Social Psychology contributions for a reflexion about the present forms of interrelationships among society and the handicapped individuals.

Keywords: deficiency / expectations / interrelationships

Práticas inclusivas, debates sobre conceitos de inclusão social, integração e busca de uma sociedade mais acolhedora, têm norteado as discussões e encontros dentro das áreas que se propõem a estudar os indivíduos portadores de deficiência. É possível notar que os avanços com a preocupação destes temas passam necessariamente pela informação e pelos meios de comunicação e vão determinando novas formas de pensar e agir em relação à diversidade humana, com poder na formação de conceito e de manutenção de pré conceitos.

Se voltarmos a um tempo não muito distante, iremos notar que até em meados da década de 70, as questões relativas à deficiência sempre estiveram subordinadas ao âmbito médico e de especialistas, profissionais estes que, em sua grande maioria, atendiam às instituições. Este período caracterizou-se

por uma abordagem na qual a deficiência era vista no lugar da pessoa.

A partir da década de 80, que sinalizou o “Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência” (1981), várias entidades ligadas à causa da deficiência iniciaram um movimento, visando integrar os indivíduos deficientes na sociedade, buscando mostrar que a pessoa não é a deficiência.

Na última década do século XX, os movimentos continuam evoluindo em busca da ampliação de formas de integração, priorizando oportunidades iguais a todos, minimizando os processos de exclusão e discriminação.

Significativas contribuições para o redimensionamento da compreensão do fenômeno da deficiência foram trazidas pela Psicologia Social. Esta ciência, sem negligenciar a possível existência de uma incapacidade objetivamente definida e constatada, que gere prejuízos intelectuais, motores, sensoriais, comportamentais, sociais etc, colocando o indivíduo em desvantagem,

considera que: “Uma teoria da deficiência não deve apenas explicar como as deficiências operam e como as pessoas deficientes funcionam, mas, ao mesmo tempo, deve ser capaz de explicar como as pessoas em geral lidam com as diferenças, especialmente aquelas às quais o grupo social atribui algum significado de desvantagem e descrédito social.” (Omote, 1994: 69).

O autor pontua que a deficiência não pode ser vista apenas como uma característica presente no organismo de uma pessoa ou em seu comportamento, ou seja, circunscrita nos limites corporais, restrita ao âmbito individual e diagnosticada através de uma avaliação médica e paramédica que objetiva identificar a presença de algum elemento patogênico no organismo. Ao contrário desta postura, o autor enfatiza que, o aspecto central a ser considerado na análise do fenômeno, é a “construção social da deficiência”, entendendo-se por “construção social” o conjunto de expectativas dirigidas aos grupos e aos indivíduos portadores de deficiência, expectativas estas que funcionarão como determinantes das interrelações estabelecidas e que com todos os elementos que constituem o grupo social.

A abordagem social da deficiência, por sua vez, considera imprescindível que o fenômeno seja analisado de forma a: “Incluir as reações de outras pessoas como parte integrante e crucial do fenômeno, pois são essas reações que, em última instância, definem alguém como deficiente ou não-deficiente. As reações apresentadas por pessoas comuns face às deficientes ou às deficiências não são determinadas única nem necessariamente por características objetivamente presentes num dado quadro de deficiências, mas dependem bastante da interpretação, fundamentada em crenças científicas ou não, que se faz desse quadro” (Omote, 1994: 67-68).

Isto posto, temos na audiência social importante variável para o estudo

da pessoa reconhecida como desviante, cujo *status* diferenciado é adquirido nas relações sociais, uma vez que é o grupo social que trata como desvantagens certas diferenças apresentadas por alguns de seus integrantes.

Segundo Mazzotta (1982:14) “é em relação ao meio onde vive a pessoa, à sua situação individual e à atitude da sociedade, que uma condição é ou não considerada uma deficiência, uma vez que os problemas que assim a caracterizam decorrem das respostas da pessoa às exigências do meio. Considerando-se que, em decorrência dos fatores hereditários e ambientais, não há sequer duas pessoas exatamente idênticas, embora em sua essência todos os seres humanos sejam iguais, é natural que as respostas a estas exigências variem de acordo com as condições individuais de cada pessoa”.

São, portanto, as expectativas, ligadas às exigências do meio, que determinarão as diferenças entre as pessoas deficientes e as não-deficientes. Estas expectativas são reflexo das relações sociais, econômicas e ambientais do grupo social. Neste sentido, quando falamos em desvantagem, estamos nos referindo à expressão social da deficiência. Este, portanto, é um conceito profundamente ligado aos valores, normas e padrões do grupo em que a pessoa portadora de deficiência está inserida.

Sendo assim, as expectativas dirigidas ao indivíduo portador de deficiência pelos demais, da sociedade maior, alteram-se, ou seja, o olhar passa a ter como foco aquilo que destaca como “imperfeição”, deixando, em consequência, de ver o indivíduo como um todo. Simetricamente, o indivíduo portador de deficiência se perceberá, mesmo que só em alguns momentos, não correspondendo às expectativas nele depositadas e, conseqüentemente, ao perceber-se inferiorizado, poderá

também criar expectativas sobre si despotencializadas e diferenciadas.

Omote reafirma que “as deficiências não são, do ponto de vista psicológico, diferenças individuais quaisquer. Aquelas têm, necessariamente, alguma significação de desvantagem e de descrédito social. Portanto, são determinadas diferenças às quais foram atribuídas determinadas significações de desvantagem e que levam os seus portadores a serem desacreditados socialmente.” (1994: 66).

Notamos que, dentre os inúmeros aspectos sociais, contribuem para a formulação teórica dos conceitos das diversas deficiências, uma possibilidade é focarmos, com especial atenção, as questões relativas às expectativas dirigidas a esses indivíduos, entendendo que estas expectativas sociais se entrecruzam num misto entre o que é esperado dele, e o que lhe é dado de direito - mesmo que isto fique numa relação de “promessas”, ou seja, ao pensarmos nos vários aspectos sociais envolvidos na discussão conceitual de deficiência estaremos, de alguma forma, voltando os olhos para uma análise das interrelações estabelecidas entre indivíduo, grupo e sociedade, e sua conseqüente repercussão nas pessoas com deficiência .

Amaral nos lembra que:

- “ - há um indivíduo (seja ele a pessoa portadora de deficiência, o parente, o profissional, o vizinho) que tem emoções, que pensa, que está imerso num meio social;
- há um grupo (seja ele familiar, multidisciplinar ou comunitário) que vivencia emoções, pensamentos e que constitui uma ou mais redes sociais;
- há uma sociedade que vive (através dos indivíduos e grupos que a concretizam) experiências

emocionais, racionais e interacionais.” (1994a: 10)

Portanto, as interrelações se consolidam com base nos fenômenos sócio-afetivo-intelectuais, sendo que os portadores de deficiência e os grupos sociais, em que estão inseridos, irão vivenciar, lado a lado, as conseqüências dessas interações. Uma destas conseqüências é a necessidade que pessoas e grupos têm de se proteger em relação a tudo que é desconhecido, para isso, os indivíduos tendem a criar categorias e classificações, com o intuito de posicionar-se e de posicionar o outro. Sendo assim, o contato com o indivíduo portador de deficiência poderá significar um encontro com um “estranho”; um estranho que causa medo e necessidade de proteção.

Ao entrarmos em contato com o diferente, desestabilizamo-nos, e a necessidade de estabelecermos o equilíbrio nos faz lidar com a pessoa deficiente de maneira a generalizar sua deficiência, ultrapassando os limites de sua incapacidade específica. Vejamos no exemplo retirado da realidade cotidiana: um paraplégico, ao entrar em uma loja de roupas, sendo levado por um acompanhante que lhe empurra a cadeira, sem se dar conta, o vendedor se dirige ao acompanhante, oferece ajuda e sugestões para a compra. Mesmo que o produto a ser adquirido seja para o indivíduo portador de deficiência , as perguntas do vendedor serão dirigidas para o acompanhante, negando a capacidade de decisão do comprador deficiente. Esta cena , vivida por alguns portadores de deficiência - evidencia um olhar que privilegia a deficiência , e desconsidera a pessoa , generalizando sua incapacidade, ou seja, além do não andar, este indivíduo é percebido como alguém que não ouve,não fala,não tem opinião etc.

“(…) o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma.” Ao determinarmos o outro como diferente de nós estabelecemos uma relação totalitária entre: perfeito/imperfeito, pois “... tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original.” (Goffman, 1982:12-15)

Esta gama de interrelações veladas propiciará o desenvolvimento, quase que inevitável, de um convívio social insatisfatório e desigual, levando o indivíduo portador de deficiência à construção de uma identidade tida como “especial”.

Goffman (1982: 138) reafirma: “... uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas.”

Além disso, sublinhe-se que a diferença, ao se fazer presente entre os indivíduos que compõem a sociedade, afasta deles os direitos universais: “Não se trata apenas de beneficiar-se ou respeitar leis - sejam elas do Direito Trabalhista, Criminal ou qualquer outro; de votar e ser votado e assim por diante. Trata-se do direito de ser pessoa: Ter autonomia, ter liberdade de escolha e ter participação ativa na VIDA (com os limites e as potencialidades). Isso alarga a configuração da cidadania, fazendo com que essa qualidade e estado alcancem todo os planos da condição humana.” (Amaral, 1995: 190-191)

Sublinhe-se, portanto, que embora condições orgânicas anormais possam ser

fontes geradoras de deficiências e incapacidades, não respondem, por si só, pela explicação do funcionamento do indivíduo, ainda que sua manifestação adquira, no meio social vigente, o sentido de desvantagem. Considere-se, ainda e principalmente, as condições sociais, essas sim, como fontes geradoras de incapacidades, uma vez que é no próprio meio social que determinados indivíduos tornam-se reconhecidos como deficientes.

Encerramos essas ponderações, trazendo a palavra de Goffman (1982:146), que nos leva a refletir, sobre nossas ações: “(...) o estigmatizado e o normal são parte um do outro, se alguém se pode mostrar vulnerável, outros também o podem. Porque ao imputar identidades aos indivíduos, desacreditáveis ou não, o conjunto social mais amplo e seus habitantes, de uma certa forma, se comprometeram mostrando-se tolos”.

Percorrer nossa história é ter a possibilidade de revermos nossas ações, pessoais e coletivas em relação ao que possamos considerar uma efetiva prática da inclusão, integração ou qualquer outro nome que queiramos referendar, pois ainda muito temos a percorrer na busca e concretização de novas Formas de interrelações menos preconceituosas e estigmatizantes. Tal preocupação e desafio poderá nos favorecer em um crescimento conjunto na construção de uma sociedade mais humanitária.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, L. A. (1994) Pensar a Diferença/Deficiência. Brasília, CORDE-Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora e Deficiência.
- AMARAL, L. A. (1994) Mercado de Trabalho e Deficiência. Revista

- Brasileira de Educação Especial 1 (2):127-136.
- AMARAL, L. A. (1995) Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules). São Paulo, Robe Editorial.
- CODO, W. & LANE, S. T.M. (1989) Psicologia Social: o homem em movimento. 8ª edição. São Paulo, Brasiliense.
- FROMM, E. (1962) Conceito marxista de homem. 2ª edição. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOFFMAN, E. (1982) Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOYOS, A.C. N. & outros. (1989) Justificativas para a formação profissional do deficiente: Revisão da literatura brasileira Especializada. São Paulo, Cadernos de Pesquisa (69): 53-67.
- KRYNSKI, S. (1983) Novos rumos da deficiência mental. São Paulo, Sarvier.
- MAZZOTTA, M. J. S. (1982). Fundamentos da Educação Especial. São Paulo. Pioneira.
- MENDES, E. G. (1990) A evolução na concepção da deficiência mental no século XX. In. T.R.S. Dias. Temas em Educação Especial 1. São Carlos, UFSCar.
- OMOTE, S. (s.d.) A deficiência como fenômeno socialmente construído. Comunicação na XXI Semana da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e Documentação da UNESP/Marília. Marília, mimeo.
- OMOTE, S. (1994) Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido. Revista Brasileira de Educação Especial 1(2): 65-73.
- POSTER, M. (1979) Teoria crítica da família. Rio de Janeiro, Zahar.
- SANDRESCHI, S. D. & REGEN, Mina. (1983) In: S. Krynski, S. Novos rumos da deficiência mental. São Paulo, Sarvier:257-264.
- SOUZA, P. N.P. (1995). Educação, trabalho e democracia: afinidades e interações. São Paulo, s.n. Tese de Doutorado – Universidade Mackenzie.

Contatos: Universidade Presbiteriana Mackenzie
Faculdade de Psicologia
Departamento de Psicologia Geral e Comportamental – Prédio 16
Rua Itambé, 145 – Higienópolis
01239-902 São Paulo - SP